

## **ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS DE HISTÓRIA – 8º ANO**

(Atividades do dia 03/11 ao dia 20/11)

**Orientações:** Leia o texto e responda as questões, após realizar a atividade enviar fotos ou entregar na escola.

### **O PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)**

Atualmente, o Brasil é uma república presidencialista. Nessa forma de governo, quando o presidente renuncia ao cargo ou é destituído, o vice-presidente assume o poder.

Caso ocorra algum impedimento para a posse do vice-presidente, o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado ou o do Supremo Tribunal Federal assume o cargo em caráter provisório, até que uma eleição defina o novo presidente do país.

No início do século XIX, o Brasil era uma monarquia, e o poder era transmitido hereditariamente. Em abril de 1831, D. Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, que tinha apenas 5 anos de idade. No entanto, de acordo com a Constituição da época, o parente mais próximo do imperador com mais de 25 anos deveria assumir o poder.

Como nenhum outro membro da família real estava habilitado a ocupar o trono no lugar do jovem herdeiro, o Império do Brasil passou a ser governado, temporariamente, por três regentes. Após pouco mais de dois meses da abdicação de D. Pedro I, deputados e senadores reuniram-se em Assembleia Geral e elegeram a Regência Trina Permanente.

### **AS REGÊNCIAS**

No período das regências, a elite brasileira estava dividida em três grandes grupos políticos: restauradores, liberais moderados e liberais exaltados.

Os restauradores eram um grupo formado por comerciantes portugueses e funcionários públicos. Desejavam que D. Pedro I voltasse ao país e assumisse o trono. Compunham o Partido Português e eram contrários a reformas sociais e econômicas. Além disso, a ideia de o Brasil ser governado por nativos, e não por portugueses, não lhes agradava.

Os liberais moderados representavam a aristocracia rural e defendiam o estabelecimento da monarquia constitucional. Eles dominavam a vida política do período.

Já os liberais exaltados eram ligados às camadas médias urbanas, mas também tinham vínculos com grandes proprietários rurais. A principal reivindicação desse grupo era a monarquia federativa, uma forma de governo que garantiria autonomia às províncias. Alguns integrantes desse grupo também defendiam a instauração da república.

O governo regencial adotou medidas decisivas para a construção do Estado nacional brasileiro e agia de acordo com os interesses das elites provinciais. Por isso, a reivindicação de autonomia para as províncias esteve presente nos principais debates políticos e nas insurreições que marcaram o período.

Diante desse contexto, a regência instituiu o Ato Adicional de 1834, que reformava a Constituição de 1824 e conciliava o objetivo de garantir a unidade nacional com a autonomia desejada pelas elites provinciais. O ato criou as Assembleias Legislativas Provinciais, por meio das quais as províncias poderiam decidir questões que antes eram atribuições do governo imperial, como a criação de tributos e a instrução pública. O ato adicional também substituiu a Regência Trina Permanente pela Regência Una.

## **A REGÊNCIA UNA**

As mudanças introduzidas pelo Ato Adicional de 1834 criaram no Brasil, que naquele tempo era uma monarquia, um modelo de governo que ficou conhecido como “experiência republicana”. O país passou a ser governado por uma pessoa, eleita pelo voto secreto e com mandato de quatro anos. A criação das Assembleias Provinciais também representou uma experiência federativa, geralmente associada aos regimes republicanos.

Essas reformas desagradaram aos mais conservadores, que eram contrários à autonomia das províncias. Assim, dois novos grupos políticos surgiram: o dos regressistas, que defendia um governo forte e centralizado, e o dos progressistas, favorável à manutenção das reformas liberais.

Em 1835, o padre progressista Diogo Antônio Feijó venceu as eleições para a regência. Durante seu governo, Feijó despertou inimizades em todos os grupos políticos e entrou em confronto com a Igreja católica, por defender a extinção das ordens religiosas e do celibato clerical.

## **AS REVOLTAS REGENCIAIS**

O período da regência de Feijó foi marcado pela eclosão de diversas revoltas provinciais, que ameaçaram dividir o jovem Estado brasileiro em diferentes repúblicas independentes.

Estava em disputa um modelo centralizado de poder, defendido pelas elites ligadas ao governo imperial, e o modelo federativo, com autonomia para as províncias.

As rebeliões expunham também as fortes tensões sociais no interior do país, onde a maioria da população era vítima da pobreza e da violência da escravidão.

Acusado de não se esforçar para conter as rebeliões, Feijó renunciou ao cargo. Em seu lugar, assumiu o regressista Pedro de Araújo Lima.

## **A SABINADA (BAHIA, 1837)**

Uma série de revoltas de escravizados explodiu na província da Bahia nas primeiras décadas do século XIX. Além disso, a Bahia, de modo geral, sempre foi palco de movimentos contra a opressão política e a favor de maior autonomia provincial – e durante as regências isso não foi diferente. Uma dessas revoltas foi a Sabinada, que recebeu esse nome por causa de um de seus líderes, Francisco Sabino, médico e jornalista.

O descontentamento com o fato de o comércio e os altos postos administrativos serem ocupados principalmente por membros da elite, ao lado da falta de autonomia provincial, mobilizou diversos grupos sociais: o povo pobre urbano, os escravos, os negros livres, as camadas médias, os comerciantes, os artesãos, os militares. Em 6 de novembro de 1837, os revoltosos ocuparam militarmente a área próxima ao forte de São Pedro. Um documento assinado por 105 revoltosos declarava o desligamento da Bahia do governo central (Rio de Janeiro). O presidente da província (cargo que atualmente corresponde ao de governador) da Bahia foi obrigado a abandonar seu cargo e os revoltosos declararam um governo republicano transitório (até que D. Pedro II alcançasse a maioria).

Porém, a repressão ao movimento foi forte e, após cercar a cidade de Salvador em 1838, o governo central pôs fim ao movimento.

## **A REVOLTA DOS MALÊS (SALVADOR, 1835)**

Foi uma das diversas revoltas organizadas por escravizados que ocorreram na província da Bahia. Os africanos que vieram ao Brasil eram provenientes de diferentes regiões da África e pertenciam a diversas etnias.

Em Salvador havia grande concentração de africanos convertidos ao islã. Em 1835, aconteceu naquela cidade a revolta mais radical de africanos escravizados e libertos do Brasil. A

maioria dos rebeldes fazia parte da nação nagô, em cuja língua — o iorubá — a palavra imale significa “muçulmano”. Por isso, eles eram chamados de malês, e a rebelião ficou conhecida como Revolta dos Malês.

Cerca de 600 negros escravizados e alforriados se organizaram com o propósito de libertar escravos, matar aqueles que eram considerados traidores e pôr fim à escravidão.

A maior parte dos rebeldes desempenhava atividades nas áreas urbanas, como domésticos, pedreiros, carpinteiros, alfaiates, vendedores, ambulantes etc.

A Guarda Nacional repreendeu violentamente o movimento. O conflito resultou na morte de 70 rebeldes e 10 militares, além de deixar muitos feridos e centenas de presos.

### **A BALAIADA (MARANHÃO, 1838-1841)**

A Balaiada foi um movimento predominantemente popular, uma vez que seus membros posicionavam-se contra os grandes proprietários maranhenses. O nome “balaiada” tem origem em um de seus líderes, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, apelidado de “Balaio” por produzir balaio, um tipo de cesto.

Participaram da Balaiada escravizados, trabalhadores livres, vaqueiros e camponeses; esses eram os grupos que mais sofriam com a situação de crise e de miséria na província. Porém, os profissionais liberais também aderiram ao movimento:

*[...] os profissionais liberais maranhenses, também descontentes, passaram a reivindicar mudanças nas regras das eleições locais e fundaram um jornal de nome O Bem-Te-Vi com o objetivo de difundir os princípios republicanos e federativos [...].*

*SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 264.*

Assim, altos impostos, miséria, desigualdades sociais, desmandos dos grandes proprietários maranhenses e uma crise geral na província causada pela queda nas exportações do algodão foram as principais motivações do movimento.

Em dezembro de 1838, outro líder da Balaiada, o vaqueiro Raimundo Gomes, invadiu a cadeia pública de Vila Manga para libertar seu irmão. A partir de então, com o apoio de Manuel Francisco dos Anjos e de um grupo de vaqueiros, os balaio tomaram a cidade de Caxias. Chegaram a decretar a expulsão dos portugueses da cidade e o fim da Guarda Nacional.

O governo do Maranhão passou a combater violentamente os revoltosos. Além disso, o governo central (no Rio de Janeiro) enviou tropas ao Maranhão, lideradas pelo coronel Luís Alves de Lima e Silva. A Balaiada foi, por fim, reprimida e terminou em 1841. Nos combates, cerca de 12 mil escravos, vaqueiros e camponeses foram mortos.

### **A CABANAGEM (GRÃO-PARÁ, 1835-1840)**

Revoltas esparsas contra o governo central vinham ocorrendo na província do Grão-Pará desde a independência e se agravaram com a abdicação de D. Pedro I.

O ponto central da insatisfação dos proprietários de terra e dos comerciantes locais era o controle que os comerciantes portugueses exerciam sobre os altos cargos públicos, incluindo o de presidente da província.

Além disso, os habitantes do Grão-Pará viviam em uma situação de pobreza extrema. Dessa forma, a Cabanagem foi uma revolta que reuniu as reivindicações de ascensão política dos grupos ricos e médios locais com as exigências populares por melhores condições de sobrevivência. Logo, ter uma vida melhor era o desejo dos cabanos, população formada por indígenas, negros e mestiços pobres que moravam em cabanas à beira de rios e igarapés.

Quando o governo central nomeou um novo presidente para a província, o movimento se exacerbou.

No entanto, não havia unidade entre os rebeldes. Após a retomada da capital por tropas legalistas, os rebeldes se refugiaram no interior, onde permaneceram lutando por aproximadamente três anos. Em 1840, as tropas do governo retomaram o controle da província. Estima-se que 30 mil pessoas morreram no conflito.

### **AS RUSGAS CUIABANAS (MATO GROSSO, 1834)**

Em 1834, uma grande rebelião, conhecida como Rusgas Cuiabanas, ocorreu em Mato Grosso, na cidade de Cuiabá.

A elite local era contrária aos interesses dos ricos comerciantes portugueses e reivindicava a autonomia da província e maior espaço na vida política. Em 30 de maio de 1834, os rebeldes realizaram saques, assassinaram portugueses e tomaram o poder por três meses. Porém, o movimento foi reprimido e os principais líderes foram presos.

### **A GUERRA DOS FARRAPOS (RIO GRANDE DO SUL, 1835-1845)**

Em 1835, na província do Rio Grande do Sul, estourou a Guerra dos Farrapos, também conhecida como Revolução Farroupilha, liderada por ricos estancieiros gaúchos. A economia da região tinha como base a criação de mulas, utilizadas para o transporte de mercadorias, e do gado bovino, com o qual se produzia o charque.

Os estancieiros possuíam vínculos comerciais com as regiões platinas, em especial com o Uruguai, onde eram donos de grandes extensões de terras. Eles exigiam do governo central a livre circulação de rebanhos entre os dois países e o aumento das taxas cobradas sobre os produtos importados da região do Prata. Como as taxas de importação fixadas pelo governo central eram reduzidas, artigos similares produzidos no sul ficavam com o mesmo preço ou ainda mais caros que os produtos estrangeiros.

O conflito começou quando um grupo de estancieiros, liderados por Bento Gonçalves, depôs o governador da província. Em 1838, os rebeldes proclamaram a República de Piratini e colocaram no poder Bento Gonçalves. O governo rebelde organizou-se para defender as fronteiras da república recém-criada e chegou a convocar eleições para deputados, que elaborariam uma Constituição. Os rebeldes também invadiram Laguna, em Santa Catarina; em 1839, proclamaram a República Juliana, que durou apenas quatro meses.

A guerra civil persistiu até 1845, quando a paz foi assinada. Por se tratar de uma área de grande importância estratégica e econômica, o governo central agiu com cautela. Houve uma anistia geral, os oficiais farroupilhas foram incorporados ao Exército nacional e as dívidas da República de Piratini foram assumidas pelo império.

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ALBERTO BORDIN  
PROFESSORAS : TILARA GONÇALVES MACHADO E SINARA MACHADO TOIGO  
ALUNO: \_\_\_\_\_  
8º ANO \_\_\_\_\_

**ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS DE HISTÓRIA – 8º ANO**

RESPONDA:

- 1- Defina monarquia e república presidencialista.
- 2- Com a incapacidade de Pedro de Alcantara em assumir o trono brasileiro, quem passou a governar o Brasil?
- 3- Como estava dividida a elite brasileira no período regencial?
- 4- O que definiu o Ato Adicional de 1834?
- 5- O que foi a Regência Una?
- 6- O que defendiam os regressistas? E os progressistas?
- 7- Por que Diego Antônio Feijó entrou em confronto com a igreja católica?
- 8- Sobre as revoltas regenciais complete a tabela:

REVOLTA	LOCALIZAÇÃO	CAUSAS/OBJETIVOS	REVOLTOSOS	CONSEQUÊNCIAS

--	--	--	--	--